

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.340.514 - CE  
(2018/0202785-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**EMBARGANTE** : R C C  
**ADVOGADO** : ANNA CÂNDIDA PAIVA GOMES FERREIRA E OUTRO(S) -  
CE009046  
**EMBARGADO** : S F C  
**ADVOGADO** : MARCUS FÉLIX DA SILVA LEITÃO - CE023295  
**INTERES.** : L F C  
**INTERES.** : E F C  
**ADVOGADO** : ETHEL ALCÂNTARA WEYNE - CE005036

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. INTUITO PROTETÓRIO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO NCPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.**

**DECISÃO**

R.C.C. promoveu ação revisional de alimentos contra S.F.C., sob a alegação de que todos os beneficiários são maiores e não vem suportando o encargo alimentar no montante acordado.

Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente para decretar a extinção da obrigação alimentar em relação aos filhos e julgou improcedente em relação a S.F.C. (e-STJ, fls. 199/205).

Apelação interposta por R.C.C. foi parcialmente provida pelo Tribunal de origem para exonerar a obrigação de pagar o salário e o transporte da empregada doméstica e reduzir os alimentos de 20% para 15% sobre o valor da remuneração líquida, nos seguintes termos:

***APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. EX CÔNJUGES. CONDIÇÃO FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DA ALIMENTANDA E INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA. ÔNUS DA EX CONSORTE***

**(ART. 373, II, DO CPC). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REDUÇÃO DO ENCARGO E LIMITAÇÃO TEMPORAL DA PRESTAÇÃO ALIMENTAR. POSSIBILIDADE. CARÁTER TRANSITÓRIO E EXCEPCIONAL DA OBRIGAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO NA AÇÃO PELO AUTOR/RECORRENTE (ART. 85, § 2º, DO CPC). DECISÃO EXTRA PETITA, CORRIGIDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.**

1. A obrigação alimentar entre os ex cônjuges decorre do dever de mútua assistência, persistindo desde que comprovada a carência de recursos por parte de um deles (arts. 1.566, III, e 1.694 do CCB).

2. Todavia, de acordo com a orientação do Superior Tribunal de Justiça - STJ, assentada nos julgamentos dos Recursos Especiais Números 933.355; 120.5408; 1.188.399; 886.537; 1.087.164; 1.143.762, o pensionamento entre ex-cônjuge é excepcional e deve ser fixado por tempo limitado, salvo impossibilidade real de um deles prover a própria subsistência ou de evidente impossibilidade de retorno ao mercado de trabalho.

3. Destarte, ao fixar alimentos para ex cônjuges deve-se observar além dos pressupostos para a sua fixação, consistentes na necessidade de quem os pretende e na possibilidade de quem os presta (artigo 1.694, § 1º, do Código Civil), a excepcionalidade e a transitoriedade desses alimentos para que os mesmos não se tornem em uma estimulação a ociosidade e fonte de renda vitalícia para a alimentanda e, para o alimentante, um encargo perpétuo.

4. Analisando o pressuposto da possibilidade, observa-se que o recorrente vem pagando alimentos a ex esposa há quatro anos (07/08/2013 - fl. 18) e teve a sua condição financeira reduzida em razão da aposentadoria e do aumento de gastos com a manutenção da sua saúde, uma vez ser portador de diabetes, hipertensão arterial, hiperplasia prostática e problemas ortopédicos, conforme exames e atestados médicos constantes dos autos.

5. Por outro lado, a recorrida não logrou êxito em provar a sua necessidade aos alimentos, ônus que lhe competia a teor do artigo 373, II, do CPC, assim como não comprovou a sua alegada incapacidade para o exercício de atividade laborativa, a considerar que os documentos coligidos tratam-se de resultados de exames laboratoriais de rotina, sem diagnóstico de anormalidade; reeeituário de medicação comum e Laudo, datado de 03/09/2014, subscrito apenas por uma profissional da área de psiquiatria diagnosticando transtorno depressivo, o qual não pode ser considerado como prova de incapacidade para o trabalho.

6. Ademais, considere-se que a alimentanda possui formação em enfermagem, profissão que lhe assegura boas perspectivas para ingressar no mercado de trabalho.

7. Dessa forma, observado o binômio necessidade-possibilidade, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e ainda o caráter transitório e excepcional da obrigação, reduz-se os alimentos devidos a ex consorte de 20% (vinte por cento) para 15% (quinze por cento), sobre o valor da remuneração líquida mensal do alimentante, proveniente das suas aposentadorias junto a PETROBRÁS e ao INSS, incidindo referido percentual sobre 13º salário e excetuando-se sobre as demais vantagens, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação da presente decisão, ficando o alimentante isento do pagamento de salário e transporte da empregada doméstica que trabalha para a alimentanda.

8. Importa destacar que esses 02 (dois) anos futuros somados aos 04 (quatro) anos pretéritos em que os alimentos vem sendo pagos, perfaz um total de 06 (seis) anos, tempo suficiente para a alimentanda organizar o seu orçamento, reciclar-se profissionalmente e ingressar no mercado de trabalho.

9. Relativamente ao imóvel pertencente ao casal, que servia de lar conjugal, assegura-se a ex esposa/alimentanda permanecer residindo no mencionado imóvel até que se efetive a partilha dos bens comuns do casal, ficando a mesma obrigada ao pagamento das taxas condominiais mensais enquanto permanecer ali residindo e, por conseguinte, desobriga-se o alimentante desse encargo.

10. Quanto ao pedido de condenação da alimentanda ao pagamento de custas processuais, observa-se da sentença recorrida que o Juízo de Planície já se pronunciou a esse respeito, todavia, quanto aos honorários advocatícios, condeno a parte parcialmente sucumbente (recorrida) ao pagamento de 15% (quinze por cento) a ser calculado sobre o valor do proveito econômico obtido pelo autor/recorrente, na presente ação, os quais devem ser apurados em sede de Cumprimento de Sentença.

11. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada, em parte (e-STJ, fls. 268/269 - com destaque no original).

Os embargos de declaração opostos por S.F.C. foram rejeitados (e-STJ, fls. 314/328).

Inconformada, S.F.C. interpôs recurso especial, com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando violação dos arts. 1º e 5º da CF, 2º e 3º da Lei nº 10.741/2003 e 1.694 do CC/2002, bem como divergência jurisprudencial.

O apelo nobre não foi admitido em virtude da (1) impossibilidade de

cabimento de recurso especial alegando violação da norma constitucional; (2) incidência das Súmulas nºs 7 e 211 do STJ; e, (3) não demonstração do cotejo analítico.

Seguiu-se o agravo em recurso especial onde S.F.C., repisando os argumentos trazidos nas razões recursais, alegou (1) que se conforma com a fundamentação do item 1; (2) patente a negativa de prestação jurisdiciona quanto a alegada ofensa ao art. 1.022, II, do NCPC; (3) que realizou o cotejo analítico; e, (4) não incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Em decisão monocrática da relatoria do Ministro Presidente do STJ, o agravo em recurso especial não foi conhecido, com amparo no art. 21-E, V, do RISTJ, porque não foram atacados especificamente os fundamentos da decisão agravada (e-STJ, fls. 415/416).

Dessa decisão, S.F.C. interpôs agravo interno, o qual deu provimento para conhecer do agravo em recurso especial e negar provimento ao apelo nobre, nos seguintes termos da ementa:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. PLEITO DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. TEMAS NÃO DEBATIDOS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211 DO STF. VERBA ALIMENTAR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7, DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO, NOS MOLDES LEGAIS. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E NEGAR PROVIMENTO AO APELO NOBRE (e-STJ, fl. 493).*

Nestes aclaratórios, R.C.C. alegou omissão em relação a redução da prestação alimentícia para o percentual de 15% sobre o valor da remuneração líquida mensal.

A impugnação foi apresentada ao recurso (e-STJ, fls. 549/551).

Intimado, R.C.C. insistiu no julgamento do seu recurso (e-STJ, fls. 578/580).

É o relatório.

**DECIDO.**

O atual inconformismo não merece prosperar.

De plano vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

O decisão embargada não foi obscuro, omissa, contraditório e tampouco apresentou erro material, tendo concluído que (1) quanto a alegação de ofensa ao art. 1º e 5º da CF, inviável se mostra o seu exame, uma vez que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, na via especial, suposta violação de matéria constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal; (2) incidência das Súmulas nºs 7 e 211 do STJ; e, (3) não comprovação da divergência jurisprudencial.

Nesse sentido, confira-se o que ficou decidido no agravo em recurso especial:

*(1) Da violação de dispositivo constitucional*

*S.F.C. alegar ofensa ao art. 1º e 5º da CF, inviável se mostra o seu exame, uma vez que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, na via especial, suposta violação de matéria constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.*

*Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACOLHIMENTO. SEM ALTERAÇÃO DO JULGADO. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.**

[...]

**2. Não cabe ao STJ a análise de contrariedade a dispositivos constitucionais em sede de recurso especial.**

[...]

**4. Embargos declaratórios acolhidos em parte, sem efeitos infringentes.**

*(EDcl no AgRg no AREsp 169.930/RN, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, j. 23/10/2014, DJe 30/10/2014 - sem destaque no original)*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM**

*RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. EMBARGOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*[...]*

*2. Não cabe a análise de afronta a matéria constitucional, ainda que com intuito de prequestionamento.*

*[...]*

*(EDcl no AREsp 550.307/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 6/11/2014, DJe 11/11/2014 - sem destaque no original)*

***(2) Da incidência da Súmula nº 211 do STJ.***

*De uma simples leitura do aresto recorrido pode-se observar que os temas referentes aos arts. 2º e 3º da Lei nº 10.741/2003, quais sejam, respectivamente, o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, não foram apreciados pelo v. acórdão recorrido e tampouco foram opostos embargos de declaração.*

*Assim, não houve, portanto, o indispensável debate prévio, condição sem a qual fica obstaculizada a via de acesso ao apelo excepcional.*

*Inafastável, assim, a incidência da Súmula nº 282 do STF, por analogia, in verbis: É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.*

***(3) Da incidência da Súmula nº 7 do STJ***

*O Tribunal de origem, com amparo no acervo fático-probatório dos autos, no que se refere a revisão da verba alimentar, julgou nos seguintes termos:*

*Vislumbra-se da exordial que a Ação Revisional de Alimentos se funda na redução da possibilidade do alimentante em prestar os alimentos conforme acordados, em virtude do aumento de suas despesas com saúde por se encontrar acometido das doenças diabetes, hipertensão, hiperplasia da próstata e problemas ortopédicos, dentre outras decorrentes da velhice; bem como na necessidade de redução da carga horária de trabalho ou até aposentadoria em razão das*

*doenças das quais é portador e por ter atingindo idade suficiente para se aposentar, o que, segundo alega, implicará em significativa redução dos seus vencimentos, mormente com a exclusão das horas extras comumente trabalhadas; além do aluguel que fora obrigado a pagar em razão do divórcio, com vista a suprir a sua moradia.*

*Narra o autor/recorrente que os filhos alimentandos são maiores de idade e protelam a conclusão do ensino superior para manterem-se recebendo alimentos, ante as reiteradas reprovações nas disciplinas cursadas, sendo que uma filha de 29 (vinte e nove) anos, em 2014, há 08 (oito) anos cursa Ciências Contábeis, porém das 60 (sessenta) disciplinas cursadas, fora reprovada em 43 (quarenta e três); e o outro filho com 25 (vinte e cinco) anos, há 05 (cinco) anos cursa Comércio Exterior, mas ficou reprovado em 17 (dezessete) disciplinas e trancou 13 (treze).*

*Acrescenta que os filhos alimentandos são saudáveis e possuem plena capacidade laborativa.*

*Quanto a ex consorte, aduz que a mesma é jovem (58 anos, em 2014), saudável, possui formação em Enfermagem e aptidão suficiente para ingressar no mercado de trabalho.*

*[...]*

*Pois bem. A prestação alimentar em questão encontra amparo nos artigos 1.566, III e 1.694 do Código Civil Brasileiro, os quais preveem o dever de mútua assistência entre os parentes, referindo que "podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social". O § 1º, do artigo 1.694 ainda dispõe que os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, o que significa dizer, por outras palavras, que a verba alimentar deve ser fixada observando-se o binômio necessidade (do alimentando) - capacidade (do alimentante).*

*[...]*

*Ou seja, os chamados alimentos transitórios são largamente aplicados pela jurisprudência e recomendados pela doutrina, no sentido de assegurar a subsistência material por certo tempo e não mais, como era no passado, por tempo ilimitado.*

*Analizando o pressuposto da possibilidade, observa-se que o recorrente vem pagando alimentos a ex esposa há quatro anos (07/08/2013 - fl. 18) e teve a sua condição financeira reduzida em razão da aposentadoria e do aumento de gastos com a manutenção da sua saúde, uma vez ser portador de diabetes, hipertensão arterial, hiperplasia prostática e problemas ortopédicos, conforme exames e atestados médicos constantes dos autos.*

*Por outro lado, a recorrida não logrou êxito em provar a sua*

necessidade aos alimentos, ônus que lhe competia a teor do artigo 373, II, do CPC, assim como não comprovou a sua alegada incapacidade para o exercício de atividade laborativa, a considerar que os documentos coligidos tratam-se de resultados de exames laboratoriais de rotina, sem diagnóstico de anormalidade; receituário de medicação comum e Laudo, datado de 03/09/2014, subscrito apenas por uma profissional da área de psiquiatria diagnosticando transtorno depressivo, o qual não pode ser considerado como prova de incapacidade para o trabalho.

Ademais, considere-se que a alimentanda possui formação em enfermagem, profissão que lhe assegura boas perspectivas para ingressar no mercado de trabalho.

Dessa forma, observado o binômio necessidade-possibilidade, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e ainda o caráter transitório e excepcional da obrigação, reduz-se os alimentos devidos a ex consorte de 20% (vinte por cento) para 15% (quinze por cento), sobre o valor da remuneração líquida mensal do alimentante, proveniente das suas aposentadorias junto a PETROBRÁS e ao INSS, incidindo referido percentual sobre 13º salário e excetuando-se sobre as demais vantagens, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação da presente decisão, ficando o alimentante isento do pagamento de salário e transporte da empregada doméstica que trabalha para a alimentanda.

Destaque-se que esses 02 (dois) anos futuros somados aos 04 (quatro) anos pretéritos em que os alimentos ainda vem sendo pagos, perfaz um total de 06 (seis) anos, tempo suficiente para a alimentanda organizar o seu orçamento, reciclar-se profissionalmente e ingressar no mercado de trabalho.

Relativamente ao imóvel pertencente ao casal, que servia de lar conjugal, assegura-se a ex esposa/alimentanda permanecer residindo no mencionado imóvel até que se efetive a partilha dos bens comuns do casal, ficando a mesma obrigada ao pagamento das taxas condominiais mensais enquanto permanecer ali residindo e, por conseguinte, desobriga-se o alimentante desse encargo (e-STJ, fls. 270281 - sem destaques no original).

Desse modo, para se chegar à conclusão diversa da que chegou o eg. Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente inviável na instância especial por incidir a Súmula nº 7 do STJ: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO



*ESPECIAL. FAMÍLIA. AÇÃO DE REVISÃO DE ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. Ação de revisão de alimentos com o objetivo de reduzir o valor arbitrado para restabelecer a quantia fixada na sentença. 3. A avaliação do binômio necessidade-possibilidade para a fixação de pensão alimentícia demanda a análise de outras circunstâncias que não só a redução da capacidade financeira do alimentando. 4. No caso, o tribunal de origem, fundado em ampla cognição da lide, reformou a sentença para fixar em 3 (três) salários mínimos o valor da pensão dos dois filhos do agravante, conclusão que não pode ser revista nesta instância especial sem esbarrar no óbice da Súmula nº 7/STJ. Precedentes.*

*5. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1.031.999/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 12/6/2018, DJe 19/6/2018)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. INVESTIGADO QUE RESIDE NO EXTERIOR. EXAME DE DNA REALIZADO COM A GENITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO GENÉTICO. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. PENSÃO ALIMENTÍCIA. REVISÃO DE VALOR. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*1. Todas as questões suscitadas pelas partes foram devidamente apreciadas pela Corte estadual, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional.*

*2. A assertiva de que é desnecessária a realização de novo exame de DNA, considerando que o realizado nos autos é idôneo e suficiente para o reconhecimento de paternidade, bem como a questão acerca do binômio necessidade e possibilidade, deu-se com base nas provas colacionadas aos autos, e infirmar as conclusões do aresto a quo demandaria o reexame de provas, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.*

*3. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1.165.040/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 15/5/2018, DJe 24/5/2018)*

*(4) Não comprovação da divergência jurisprudencial.*

*A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo ao agravante demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles, sendo necessária a realização do cotejo analítico entre os acórdãos, com o intuito de caracterizar a interpretação legal divergente, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC/1973, art. 1.029, § 1º, do NCPC e art. 255 do RISTJ (e-STJ, fls. 493/501 - com destaques no original).*

Vale salientar que os embargos de declaração constituem recurso de estreitos limites processuais, somente sendo cabíveis nas hipóteses previstas no art. 1.022 do NCPC, ou seja, para sanar omissão, contradição, obscuridade ou corrigir erro material no acórdão, o que não ocorreu no caso presente.

A mera veiculação de inconformismo não é finalidade a que se prestam.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA.*

*1. Rejeitam-se os embargos declaratórios quando, no acórdão embargado, não há nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.*

*2. Embargos de declaração rejeitados.*

*(EDcl no AgRg no AREsp 214.812/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, j. 19/5/2016, DJe 24/5/2016 - sem destaque no original)*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

*1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de*

*questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.*

*2. No caso dos autos não ocorre nenhuma das hipóteses previstas no artigo 1.022 do novo CPC, pois o acórdão embargado apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.*

*[...]*

*5. Embargos de declaração rejeitados.*

(EDcl no AgRg no AREsp 817.655/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 19/5/2016, DJe 27/5/2016 - sem destaque no original)

Em suma, a pretensão desborda das hipóteses de cabimento dos aclaratórios, previstas no art. 1.022 do NCPC.

Ademais, ressalta-se novamente, quanto a alegação de omissão quanto a revisão da verba alimentícia, que o Tribunal de origem manifestou-se nos seguintes termos:

*Vislumbra-se da exordial que a Ação Revisional de Alimentos se funda na redução da possibilidade do alimentante em prestar os alimentos conforme acordados, em virtude do aumento de suas despesas com saúde por se encontrar acometido das doenças diabetes, hipertensão, hiperplasia da próstata e problemas ortopédicos, dentre outras decorrentes da velhice; bem como na necessidade de redução da carga horária de trabalho ou até aposentadoria em razão das doenças das quais é portador e por ter atingindo idade suficiente para se aposentar, o que, segundo alega, implicará em significativa redução dos seus vencimentos, mormente com a exclusão das horas extras comumente trabalhadas; além do aluguel que fora obrigado a pagar em razão do divórcio, com vista a suprir a sua moradia.*

*Narra o autor/recorrente que os filhos alimentandos são maiores de idade e protelam a conclusão do ensino superior para manterem-se recebendo alimentos, ante as reiteradas reprovações nas disciplinas cursadas, sendo que uma filha de 29 (vinte e nove) anos, em 2014, há 08 (oito) anos cursa Ciências Contábeis, porém das 60 (sessenta) disciplinas cursadas, fora reprovada em 43 (quarenta e três); e o outro filho com 25 (vinte e cinco) anos, há 05 (cinco) anos cursa Comércio Exterior, mas ficou reprovado em 17 (dezessete) disciplinas e trancou 13 (treze).*

*Acrescenta que os filhos alimentandos são saudáveis e possuem plena capacidade laborativa.*

*Quanto a ex consorte, aduz que a mesma é jovem (58 anos, em 2014), saudável, possui formação em Enfermagem e aptidão suficiente para ingressar no mercado de trabalho.*

[...]

*Pois bem. A prestação alimentar em questão encontra amparo nos artigos 1.566, III e 1.694 do Código Civil Brasileiro, os quais preveem o dever de mútua assistência entre os parentes, referindo que "podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social". O § 1º, do artigo 1.694 ainda dispõe que os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, o que significa dizer, por outras palavras, que a verba alimentar deve ser fixada observando-se o binômio necessidade (do alimentando) - capacidade (do alimentante).*

[...]

*Ou seja, os chamados alimentos transitórios são largamente aplicados pela jurisprudência e recomendados pela doutrina, no sentido de assegurar a subsistência material por certo tempo e não mais, como era no passado, por tempo ilimitado.*

*Analizando o pressuposto da possibilidade, observa-se que o recorrente vem pagando alimentos a ex esposa há quatro anos (07/08/2013 - fl. 18) e teve a sua condição financeira reduzida em razão da aposentadoria e do aumento de gastos com a manutenção da sua saúde, uma vez ser portador de diabetes, hipertensão arterial, hiperplasia prostática e problemas ortopédicos, conforme exames e atestados médicos constantes dos autos.*

*Por outro lado, a recorrida não logrou êxito em provar a sua necessidade aos alimentos, ônus que lhe competia a teor do artigo 373, II, do CPC, assim como não comprovou a sua alegada incapacidade para o exercício de atividade laborativa, a considerar que os documentos coligidos tratam-se de resultados de exames laboratoriais de rotina, sem diagnóstico de anormalidade; receituário de medicação comum e Laudo, datado de 03/09/2014, assinado apenas por uma profissional da área de psiquiatria diagnosticando transtorno depressivo, o qual não pode ser considerado como prova de incapacidade para o trabalho.*

*Ademais, considere-se que a alimentanda possui formação em enfermagem, profissão que lhe assegura boas perspectivas para ingressar no mercado de trabalho.*

*Dessa forma, observado o binômio necessidade-possibilidade, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e ainda o caráter transitório e excepcional da obrigação, reduz-se os alimentos devidos a ex consorte de 20% (vinte por cento) para 15% (quinze por cento), sobre o valor da remuneração líquida mensal do alimentante, proveniente das suas aposentadorias junto a PETROBRÁS e ao INSS, incidindo referido percentual sobre 13º salário e excetuando-se sobre as demais vantagens, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação da*

*presente decisão, ficando o alimentante isento do pagamento de salário e transporte da empregada doméstica que trabalha para a alimentanda.*

*Destaque-se que esses 02 (dois) anos futuros somados aos 04 (quatro) anos pretéritos em que os alimentos ainda vem sendo pagos, perfaz um total de 06 (seis) anos, tempo suficiente para a alimentanda organizar o seu orçamento, reciclar-se profissionalmente e ingressar no mercado de trabalho.*

*Relativamente ao imóvel pertencente ao casal, que servia de lar conjugal, assegura-se a ex esposa/alimentanda permanecer residindo no mencionado imóvel até que se efetive a partilha dos bens comuns do casal, ficando a mesma obrigada ao pagamento das taxas condominiais mensais enquanto permanecer ali residindo e, por conseguinte, desobriga-se o alimentante desse encargo (e-STJ, fls. 270281 - sem destaques no original).*

Desse modo, para se chegar à conclusão diversa da que chegou o eg. Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente inviável na instância especial por incidir a Súmula nº 7 do STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Assim, considerando anterior advertência quanto à aplicabilidade das normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa, uma vez verificada a rejeição dos presentes aclaratórios com pretensão de efeito infringentes, postergando a efetividade da prestação jurisdicional, condeno a R.C.C ao pagamento da multa de 2% sobre o valor atualizado da causa em favor de S.F.C, nos termos do art 1.026, § 2º, do NCPC.

Nessas condições, **REJEITO** os embargos de declaração, com aplicação de multa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator